



**PRECISAMOS FALAR SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR NESSE DEBATE**

**WE NEED TO TALK ABOUT GENDER AND SEXUALITY:
A CASE STUDY ON THE ROLE OF SCHOOL PHYSICAL EDUCATION IN
THIS DEBATE**

**TENEMOS QUE HABLAR DE GÉNERO Y SEXUALIDAD:
UM ESTUDIO DE CASO SOBRE EL PAPEL DE LA EDUCACIÓN FÍSICA
ESCOLAR EN ESTE DEBATE**


Cristiano Mezzaroba

<http://orcid.org/0000-0003-4214-0629> 

<http://lattes.cnpq.br/1835801891069733> 

Universidade Federal de Sergipe (São Cristóvão, SE – Brasil)
cristiano_mezzaroba@yahoo.com.br

Beatriz Barreto e Silva

<https://orcid.org/0000-0002-9728-3064> 

<http://lattes.cnpq.br/6887009154087083> 

Universidade Federal de Sergipe (São Cristóvão, SE – Brasil)
beatrizbarreto08@gmail.com

Resumo

A presente pesquisa, que se caracteriza como um estudo de caso de abordagem qualitativa e com metodologia mista, tem como objetivo investigar como as questões de gênero e sexualidade se manifestam e são tratadas (ou não) nas aulas do componente curricular Educação Física em turmas do 9º ano de uma escola municipal de Estância-SE. Para tal, foram realizadas observações das aulas, entrevista com o professor de Educação Física responsável pelas turmas participantes da pesquisa e aplicação de questionário com os(as) alunos(as). Os resultados apontam que, apesar de, no campo dos discursos, os rótulos e estereótipos de gênero e sexualidade associados às práticas corporais estejam sendo desconstruídos ou pouco reproduzidos, nas práticas cotidianas eles ainda se fazem presentes. Tal constatação demonstra a necessidade de uma constante intervenção pedagógica e debates sobre essas temáticas na Educação Física escolar. No entanto, o que ainda predomina é o silenciamento e o "faz de conta que não vi" frente a situações que tensionem tais categorias.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Educação Física Escolar; Estudo de Caso.

Abstract

The present research, which is characterized as a quantitative approach case study with mixed methodology, aims to investigate how gender and sexuality issues are manifested and treated (or not) in classes of the Physical Education curricular component in 9th grade classes of a municipal school in the city of Estância, Sergipe, Brazil. To this end, the following were conducted: class observations; interviews with the Physical Education teacher responsible for the classes participating in the research; and a questionnaire was applied to the students. The results indicate that, although, in the field of discourse, the labels and stereotypes of gender and sexuality associated with bodily practices are being deconstructed or little reproduced, in everyday practices they are still present. This finding demonstrates the need for constant pedagogical intervention and debates on these themes in school Physical Education. However, what still predominates is silencing and the "pretending I didn't see it" practice in the face of situations that tension these categories.

Keywords: Gender; Sexuality; School Physical Education; Case Study.



Resumen

La presente investigación, que se caracteriza como estudio de caso, con enfoque cualitativo y metodología mixta, tiene como objetivo investigar cómo se manifiestan y tratan (o no) las cuestiones de género y sexualidad en las clases del componente curricular de Educación Física en las clases de 9º grado de una escuela municipal de la ciudad de Estância, Sergipe, Brasil. Para ello, se realizaron observaciones de clases; entrevista con el profesor de Educación Física responsable de las clases participantes en la investigación y se aplicó un cuestionario a los alumnos. Los resultados indican que, aunque en el campo de los discursos las etiquetas y estereotipos de género y sexualidad asociados a las prácticas corporales estén siendo deconstruidos o poco reproducidos, en las prácticas cotidianas siguen estando presentes. Esta constatación demuestra la necesidad de una constante intervención pedagógica y de debates sobre estos temas en la Educación Física escolar. Sin embargo, lo que aún predomina es el silenciamiento y la práctica de “hacer como que no lo vi” frente a situaciones que tensionan esas categorías.

Palabras clave: Género; Sexualidad; Educación Física Escolar; Estudio de Caso.

INTRODUÇÃO

A escola, enquanto espaço de encontros e interações sociais, constitui-se como ambiente diversificado, que recebe, cotidianamente, jovens com perspectivas culturais diversas, gostos e desejos individuais, com suas facilidades e dificuldades, modos de agir e pensar que são marcas pessoais de cada indivíduo em suas singularidades. Sendo o ambiente escolar uma instituição democrática e que tem como função principal promover o acesso à educação para todos os indivíduos, sem nenhum tipo de distinção ou discriminação, faz-se necessário que a escola seja pensada e construída a partir da premissa de que todos os indivíduos devem ter as mesmas condições de acesso, desenvolvimento e permanência nela.

Tal atribuição está evidenciada em importantes documentos, como na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), em que é citado, no art. 206 (inc. I), que o ensino deve ser ministrado buscando promover a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”; e no ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), em que aparece, no seu artigo 53, que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

Apesar dos documentos educacionais garantirem, em tese, tais determinações, na prática muitos jovens têm esse direito rechaçado ao se deparar com um ambiente escolar violento, que coloca em risco a sua integridade física e psicológica. Dentre os fatores que levam ao *bullying* e à violência escolar estão aqueles que são determinados pela objeção a sujeitos que não seguem as normativas de gênero e sexualidade, que são estabelecidas e fortalecidas a partir das relações e dos diversos mecanismos de controle social (Perucchi; Corrêa, 2013; Peres, 2009; Martins *et al.*, 2019).





A escola, sendo um reflexo da sociedade, produz e reproduz desigualdades, preconceitos e perspectivas, que são construídas no cotidiano e nas interações sociais. Esse tipo de violência é comum dentro dos muros da escola, porque fora deles ela aparece de forma recorrente e assustadora. Sendo assim, considerando que a sociedade pode ser violenta e cruel com um determinado grupo de pessoas, a escola tende a ser só mais um espaço onde esse tipo de discriminação se perpetua.

Dessa forma, fica evidente a emergência de que sejam pensadas e colocadas em prática, nas escolas brasileiras, ações pedagógicas que paralitem, ou que pelo menos minimizem tais atitudes preconceituosas, principalmente se considerarmos o fato de que o Brasil está no *ranking* dos países onde mais ocorrem assassinatos de pessoas LGBTQs no mundo (Wenetz; Schwengber; Dornelles, 2017). No entanto, por se tratar de assuntos tão polêmicos, carregados de tabus e preconceitos, constantemente eles são negligenciados e até proibidos de serem citados dentro das salas de aula (Anjos; Goellner, 2017).

Apesar de tais impedimentos, percebe-se que a emergência dessas discussões nesses cenários é cada vez mais urgente. A cada dia que passa as manifestações de violência estão mais presentes nas instituições de ensino. De acordo com Oliveira e Votre (2006), é comum os conflitos de gênero nas aulas de Educação Física, uma vez que os estudantes trazem consigo marcas de uma sociedade que estabelece como devem ser as ações e movimentos de um corpo masculino ou feminino. Desde muito cedo, meninos e meninas são ensinados(as) a ser homem e ser mulher, como devem se comportar e se apresentar socialmente (Louro, 1999).

Fugir de um modelo, tido como "natural" e mais "aceitável", é visto com estranheza e desafeição por aqueles que já internalizaram padrões generificados de comportamento. Sendo assim, o que parece predominar é que, de modo geral, atitudes violentas que ocorrem dentro dos espaços escolares são motivadas pela não aceitação das características e os comportamentos individuais do "outro", principalmente se essas particularidades fogem dos padrões considerados como "normais" e "aceitáveis".

Dentro desse aspecto, aqueles indivíduos que não correspondem aos padrões sexuais e não adotam os comportamentos socialmente estabelecidos para o seu sexo biológico são, constantemente, vítimas do *bullying* homofóbico, o que faz com que esses sujeitos não se sintam acolhidos e confortáveis dentro de ambientes em que essas práticas são recorrentes e toleradas (Santos; Silveira, 2021).





Nessa problemática, o componente curricular Educação Física, tendo o corpo e o movimento como seus principais objetos de conhecimento, aparece no centro das discussões. Por ser uma disciplina em que o movimento corporal é colocado em exposição e geralmente em contato corporal direto com os colegas, aqueles indivíduos que não performatizam seguindo os critérios que são definidos para um corpo com uma genitália feminina ou masculina sofrem com insultos, violências e processos de exclusão, que muitas vezes os motivam até a abandonar a escola (Garcia; Brito, 2018).

Ao analisarmos as especificidades desse componente curricular, percebe-se que os conteúdos que constituem o rol de conhecimentos a serem abordados na Educação Física são marcados, socialmente, por diversos estereótipos e normativas de gênero e sexualidade, que determinam o que é apropriado ou não para um corpo no campo das práticas corporais.

Lima, Pessoa e Pereira (2022, p. 14) afirmam que nas aulas de Educação Física “[...] os corpos subversivos estão assujeitados a exclusões e autoexclusões que decorrem das discriminações mediante piadas e olhares de vigilância”. Com esse contexto de desaceitação, meninos e meninas criam uma visão ruim e até uma resistência em participar das aulas de Educação Física, já que nesses espaços eles têm as suas características individuais, desejos e performativas de movimento rejeitadas e estigmatizadas.

Sendo assim, compreendendo as aulas de Educação Física como um espaço de tensão, no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade, mas percebendo também as contribuições e possibilidades pedagógicas que este componente curricular detém para promover discussões significativas sobre tais temáticas, é que a presente pesquisa se propôs a investigar como as questões de gênero e sexualidade se manifestam e são tratadas (ou não) nas aulas do componente curricular Educação Física em turmas do 9º ano de uma escola municipal de Estância, no interior de Sergipe, Brasil.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Em se tratando de uma pesquisa que objetivou investigar como as questões de gênero e sexualidade se manifestam e são tratadas nas aulas de Educação Física de um contexto escolar específico, foi utilizada uma abordagem qualitativa com metodologia mista. O método misto de pesquisa considera dados qualitativos e quantitativos no processo de construção das compreensões em torno da problemática investigada (Ferreira *et al.*, 2020). Apesar de considerar a importância da quantificação dos resultados (uma vez que a recorrência





ajuda no entendimento da força do fenômeno estudado e também justifica a escolha desse método de pesquisa), esse é um estudo de dominância qualitativa, que utilizou elementos quantitativos para alcançar os objetivos elencados. Pesquisas qualitativas buscam entender e analisar determinados fenômenos sociais, atribuindo significados e interpretações subjetivas, com o direcionamento do olhar investigativo para os comportamentos, discursos e visões dos sujeitos pertencentes ao contexto analisado (Minayo, 2001).

De modo a alcançar os objetivos elencados nessa pesquisa, realizamos um estudo de caso, a fim de identificar as construções, compreensões, discursos e intervenções que se fazem presentes nas representações de gênero e sexualidade que se manifestam no ambiente investigado. De acordo com Meksenas (2002), o estudo de caso consiste em uma pesquisa que busca realizar, a partir de uma investigação minuciosa, uma análise compreensiva de uma unidade social significativa, evidenciando perspectivas, características, motivações, fatos, relações, entre outras evidências investigativas.

Posto isso, utilizamos, como unidade investigativa, uma escola municipal, que fica localizada na cidade de Estância, no Estado de Sergipe (SE), Brasil, e, para alcançar os objetivos da presente pesquisa, usamos como instrumento de coleta de dados entrevista, observações e questionários. Realizou-se um recorte investigativo na escola, direcionando o olhar para as três turmas do 9º ano (A, B e C) presentes na instituição.

As observações, primeira etapa da coleta de dados, foram realizadas nas aulas de Educação Física durante todo o mês de abril do ano letivo de 2022. Em cada uma das turmas, que possuíam uma média de 35 estudantes matriculados, eram lecionadas duas aulas de Educação Física por semana, com duração de 50 minutos cada uma delas. No total, foram observadas treze aulas, sendo 4 aulas do 9ºB, 4 aulas do 9ºC, 3 aulas do 9º A e 2 aulas em que o professor unificou as turmas do 9ºA e B, totalizando, aproximadamente, 10 horas de observação.

Para essa etapa, foi construído um roteiro com tópicos ou questionamentos, que conduziram o olhar dos pesquisadores. Foram eles: 1) como os alunos(as) se relacionam? 2) É possível identificar no contexto investigado ações ou situações que tensionam gênero e sexualidade? Qual a postura do professor(a) diante de tais acontecimentos? 3) como as aulas são realizadas? Existe separação por gênero? 4) Qual a motivação de meninos e meninas para participarem das práticas corporais? Já com o roteiro em mãos, para cada aula observada,





foram realizadas anotações diárias que, posteriormente, foram transcritas e transformadas em diários de campo.

A partir da aproximação com o contexto investigado, que se deu através das observações, e se fundamentando na literatura utilizada para guiar a presente investigação, foi elaborado pelos autores da pesquisa, em consenso, um roteiro de entrevista semiestruturada, contendo 13 questionamentos. As questões objetivavam identificar as percepções do professor de Educação Física, que ministrava aula nas três turmas investigadas, sobre as relações do componente curricular ministrado por ele com as temáticas gênero e sexualidade, verificar, em suas respostas, como essas categorias manifestavam-se e eram tratadas em suas aulas; analisar se essas temáticas eram abordadas (ou não), se não eram debatidas, entender o porquê de não serem, e o seu entendimento sobre o papel da Educação Física escolar nessas discussões.

Para a entrevista, que durou aproximadamente 50 minutos, foi utilizada a ferramenta de gravador de voz de um aparelho celular para capturar as respostas dadas pelo professor, que foram, posteriormente, transcritas na íntegra e transformadas em um documento, contendo 6 páginas.

Para a aplicação do questionário, foi selecionada uma amostra de 30 estudantes (14 meninas e 16 meninos) que frequentam as turmas participantes da pesquisa. O critério de escolha da amostra se deu intencionalmente, com base nos seguintes critérios: 1) alunos(as) que, em seus modos de agir e se movimentar, escapam das normas de gênero (mesmo considerando que se tratava do olhar dos pesquisadores, a partir do contato com a turma); 2) alunos(as) que, durante as observações, apresentaram algumas falas ou comportamentos que fortalecem estereótipos de gênero e sexualidade; 3) alunos(as) que optavam por não participar das práticas corporais realizadas nas aulas de Educação Física.

A escolha desses critérios se justifica por entender que esses perfis de sujeitos poderiam contribuir de forma mais significativa com o estudo. Considerando que o objetivo da pesquisa foi identificar como as questões de gênero e sexualidade se manifestam nas aulas de Educação Física, compreendeu-se que analisar os discursos e percepções desses sujeitos contribuiria de maneira mais efetiva para alcançar tal finalidade. Vale destacar que o recorte era necessário, uma vez que a quantidade de alunos(as) matriculados em cada turma era expressiva.





O questionário, elaborado à luz dos objetivos desse estudo e dos autores estudados, apresentou, a princípio, quatro situações que deveriam ser respondidas de acordo com o grau de concordância do sujeito com os questionamentos apresentados. Os casos narrados colocavam o futebol, a dança e as discussões de gênero e sexualidade presentes nessas práticas corporais como problemática a ser pensada e analisada pelos estudantes.

Em cada questão apresentamos um caso e solicitamos que os sujeitos da pesquisa respondessem o grau de concordância com a situação explicitada, de acordo com uma escala *Likert* de 1 a 5, sendo que 1 equivale a “concordo muito com a atitude”, 2 a “concordo com a atitude”, 3 a “estou em dúvida se concordo ou não”, 4 a “discordo da atitude” e 5 a “discordo muito da atitude”. A escolha da escala de *Likert* se deu por ser um método que auxilia na coleta e quantificação das opiniões e percepções dos sujeitos sobre um determinado fenômeno, ou seja, a partir desse método é possível atribuir dados quantitativos a um elemento subjetivo. Para análise do material coletado com os questionários, em cada situação apresentada, foram combinadas as respostas dadas pelos sujeitos e transformadas em valores numéricos, representados em porcentagem.

Além das situações/problemas foram apresentadas perguntas que buscavam identificar se os alunos(as) já tinham presenciado situações parecidas com as que foram narradas, se existia (ou não) separação de meninos e meninas na realização das práticas corporais nas aulas de Educação Física que eles participam e a opinião deles sobre a adoção de uma dessas configurações de ensino (mista ou separada por gênero).

Considerando que existem diferentes metodologias de interpretação dos dados em pesquisas qualitativas e que a “[...] escolha do procedimento mais adequado depende do material a ser analisado, dos objetivos da pesquisa e da posição ideológica e social do analisador” (Chizzotti, 2006, p. 98), para as inferências que realizamos em relação ao material empírico, primeiramente organizamos os dados brutos a partir do tipo de instrumento utilizado. Em seguida, de acordo com cada material, fizemos a descrição desses dados. Por exemplo, em relação ao grande volume dos dados referentes às opiniões dos alunos e alunas, transformamos os dados em gráficos visuais, e, em seguida, descrevemos e analisamos os dados à luz do material teórico-conceitual extraído da própria revisão de literatura. Em síntese, realizamos inferências dos dados brutos, que foram organizados e analisados a partir da tentativa de responder à problemática geral do estudo.





Em relação aos critérios éticos para a realização da pesquisa, solicitamos a autorização da direção da escola para a realização da pesquisa, assim como do professor sujeito da pesquisa. Em relação aos alunos e alunas, só participaram da coleta de dados via questionários aqueles(as) cujos pais e/ou responsáveis assinaram o termo de consentimento Livre e Esclarecido. Informamos que foram seguidos todos os critérios éticos que envolvem a pesquisa científica, como liberdade ou não para participar da investigação, garantia do anonimato e possibilidade de desistência a qualquer momento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise dos dados obtidos com as estratégias metodológicas elencadas, buscamos identificar indícios que nos permitiram visualizar como as questões de gênero e sexualidade vêm sendo tratadas nas aulas de Educação Física, em específico no microcosmo investigado, de modo que isso nos possibilite pensar em como determinadas ações (ou a falta delas) podem legitimar perspectivas restritivas sobre essas categorias, além de direcionar a busca por estratégias que possam contribuir para a construção de uma Educação Física escolar mais significativa e acessível para todos os sujeitos.

Uma discussão a partir das observações e da entrevista com o professor de Educação Física

A partir das observações realizadas, foi possível constatar uma autoexclusão de alguns estudantes durante a realização das práticas corporais. Essa decisão de não participar das atividades propostas pelo professor ocorriam, principalmente, entre as meninas, que optavam por somente observar os seus colegas se movimentarem e interagirem durante as dinâmicas. Essa autoexclusão feminina ficava ainda mais evidente quando as aulas observadas envolviam a modalidade esportiva futsal, pois, nessas aulas, observou-se que eram poucas as meninas que manifestavam desejo de se integrar ao grupo geral que praticava esse esporte.

Ao questionar algumas estudantes pelo motivo da sua não participação, constatou-se que o medo dos meninos as machucarem é um elemento determinante para a decisão de ficar de fora. Aquelas meninas que ultrapassavam essas fronteiras e decidiam participar eram isoladas e, muitas vezes, ignoradas por seus colegas durante a realização da atividade, sobretudo nas aulas que tinham o futsal como prática esportiva.





O estudo de Oliveira, Schellin e Rigo (2011) também evidenciou que, nas aulas de Educação Física, comumente, as meninas adotam o papel de observadoras da aula, optando por não se envolverem ativamente nas atividades, sendo o receio delas, devido ao frequente contato corporal com os meninos, elemento que é utilizado como justificativa para essa acanhada presença feminina. Goellner (2010) também tenta explicar essa desmotivação, evidenciando que, desde a infância, as meninas são menos incentivadas do que os meninos para a realização de práticas corporais, principalmente as esportivas. Conseqüentemente, elas sentem-se inibidas para explorar as suas capacidades de movimento, o que atrapalha o processo de aperfeiçoamento das suas habilidades motoras.

Quando o conteúdo é o futsal/futebol, esportes fortemente marcados por estereótipos, esse desinteresse das meninas em participar ou dos meninos em incluí-las fica ainda mais evidente. De acordo com Schonardie *et al.* (2023), essa rejeição é resultado das normativas de gênero que associam a imagem desse esporte ao universo masculino.

Dentro do contexto das aulas de Educação Física, a autoexclusão é algo comum (Teixeira, 2009), que ocorre, inclusive, com os meninos, sendo também a falta de habilidade um dos fatores que os inibem. Sendo assim, é importante que o(a) professor(a) busque identificar os empecilhos ou determinantes que levam os jovens a participarem ou não da aula. No entanto, no contexto investigado, o professor permitia que os(as) alunos(as) escolhessem se iriam participar, sem questioná-los ou demonstrar resistência à recusa. Essa liberdade de escolha fez com que muitos optassem por ficar de fora, adotando apenas o papel de observador ou aproveitando o tempo livre para conversar.

Nas observações realizadas, outro fato que chamou atenção diz respeito ao comum uso do termo pejorativo “viado”, sendo utilizado em duas situações específicas: 1) como forma de ofensa e provocação, observada, por exemplo, em um episódio que um aluno, na tentativa de ofender o grupo adversário, afirmou que todos eram “viados”; 2) para se referir a sujeitos que apresentavam comportamentos que não estão de acordo com as normas cisgenerificadas.

A utilização do mesmo termo para nomear um indivíduo que apresenta performativas que fogem dos padrões e para violentar um outro sujeito faz-nos inferir que para esses estudantes o não enquadramento às normativas de gênero, direcionadas para o seu sexo biológico, é algo que o desqualifica enquanto sujeitos.





Além disso, algo que chamou atenção, refere-se à maneira com que os sujeitos recebiam essa designação. Aqueles indivíduos que abertamente demonstravam que não seguiam as regras impostas sobre seus corpos aceitavam serem chamados daquela forma, ou pelo menos não demonstravam indignação em tal atitude. No entanto, quando analisamos o comportamento daqueles sujeitos que buscam se adequar às expectativas de gênero, ser chamado de “viado” é ofensivo e desagradável. Percebe-se, principalmente entre os meninos, um receio em não corresponder às expectativas impostas para corpos masculinos. Isso leva esses sujeitos a, incessantemente, conter e auto-policiar seus corpos, afastando-se de tudo aquilo que poderia associá-los à feminilidade ou à homossexualidade (Garcia; Brito, 2018; Prado, 2013; Prado; Ribeiro, 2010). Esse receio em aproximar-se do universo feminino faz com que muitos jovens imponham limites não só sobre o seu corpo, mas também tentem estabelecer aquilo que o outro pode ou não fazer, à maneira que ele pode ou não se movimentar.

Percebe-se, então, que outro obstáculo para a participação de meninos e meninas em determinadas práticas corporais pode estar associado às experiências negativas determinadas pelos estereótipos presentes no movimento. Durante as observações, foi possível identificar que discursos ou ações que evidenciam a presença de marcadores de gênero e sexualidade na realização das práticas corporais ainda se fazem presentes no cotidiano da Educação Física escolar. Os episódios relatados abaixo comprovam essa assertiva:

Um dos alunos arremessou devagar a bola na equipe adversária e escutou de um dos seus colegas a seguinte afirmação “parece uma mocinha (DC, 9º A, 05/04/22).

Durante o jogo do futsal escutei as seguintes falas: “esse time só tem viado”, “o viado joga melhor que vocês”, “chega direito, viado”. Durante o jogo, era comum escutar os alunos utilizando o termo “viado” para se referir aos colegas que estavam no time adversário (DC, 9º C, 05/04/22).

Isso foi evidenciado também pelo professor, que afirmou que é comum escutar dos alunos(as) comentários do tipo “ele vai jogar com as meninas, com a gente não”. Quando questionado sobre a sua postura diante de situações parecidas, ele disse que tentaria conversar e punir, se assim achasse necessário. No entanto, na prática, o que identificamos, durante as observações, foi uma falta de atitude ou presença pedagógica frente aos episódios destacados.

Essa constatação reforça o estudo de Nicolino e Paraíso (2018), que identificou, através de teses e dissertações da área da Educação Física, um constante silenciamento dos(as) professores(as) ao se deparar com episódios que tensionam gênero e sexualidade dentro dos





espaços escolares. De acordo com Poloni e Furlan (2022), as dificuldades que muitos professores encontram para trabalhar questões de gênero e sexualidade estão, na maior parte das vezes, associadas à falta de informações sobre a temática ou a falta de preparo desses profissionais para lidar com esse tipo de discussão em sala de aula.

Observou-se isso na dificuldade apresentada pelo professor, durante a entrevista, para diferenciar as categorias "sexo", "gênero" e "sexualidade". Quando solicitado para discorrer sobre tais categorias, o professor afirmou que esses temas ainda eram confusos em sua cabeça e se limitou a conceitualizar o sexo como sendo "aquilo que a gente nasce", o gênero "aquilo que a gente se identifica" e a sexualidade "é a questão da relação". Percebe-se que, embora tenha demonstrado entender que são termos com conceitos diferentes, ele apresentou uma insegurança conceitual em relação aos mesmos, que pode ser percebida tanto pela resposta sucinta como também pela justificativa apresentada antecipadamente para esclarecer uma possível confusão ou equívoco conceitual.

Tais dificuldades podem ser resultado da ausência das discussões de gênero e sexualidade nos cursos de formação em Educação Física. Para Poloni e Furlan (2022), "[...] há lacuna importante na formação sobre essas questões [...]", o que favorece a ausência dessas temáticas em sala de aula, uma vez que os(as) professores(as) sentem-se incapacitados para abordar o assunto ou para intervir em episódios que tensionem essas categorias.

Ao questionarmos o professor se eram realizadas algum tipo de debate que envolve questões de gênero e sexualidade em suas aulas ou se esses temas estavam presentes em seu planejamento, ele respondeu que já realizou algumas discussões, mas que elas não fazem parte de seus planos de aula. Para justificar essa ausência, o professor citou projeto de Lei 74/2018, criado pelo vereador Dionísio Neto (REDE), que foi aprovado pela Câmara de Vereadores do município de Estância, SE, em 2018, mas que foi, posteriormente, considerada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de Sergipe. Esse projeto de lei determinava que estavam proibidas qualquer tipo de discussão que mencionasse questões de gênero e sexualidade dentro das escolas municipais da cidade, utilizando o argumento de que a realização de tais debates poderiam estimular a promoção de uma "ideologia de gênero" nas instituições escolares.

Observa-se que os documentos normativos tendem a silenciar essas discussões, proibindo, por vezes, a abordagem desses assuntos em sala de aula. Um exemplo claro dessas tentativas de silenciamento foi a retirada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) das





discussões de gênero, sexualidade e qualquer expressão que estivesse associada a tais questões. Apesar de, nas três primeiras versões do documento, os debates de gênero e sexualidade estarem presentes, na versão aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), tais indicações foram, inexplicavelmente, subtraídas (Silva, 2020).

Destacamos aqui o não-dito dos documentos oficiais como elemento impeditivo para a realização de determinadas ações educacionais. O não-dito, ou seja, a exclusão das menções diretas referentes a gênero e sexualidade dos documentos educacionais e as tentativas constantes de impossibilitar que tais discussões sejam realizadas dentro desses espaços, é o ponto de partida para entendermos como essas categorias são entendidas, abordadas ou silenciadas, pois a omissão desses documentos também se configura como uma forma de violência simbólica, não só para os(as) estudantes que são impedidos(as) de ter acesso a uma discussão tão importante como também para a escola e seus agentes que se sentem pressionados a evitar a abordagem dessas questões em sala de aula.

Observa-se, então, que, além do despreparo ser um empecilho para trabalhar a temática gênero e sexualidade na escola, existe um receio dos(as) professores(as) em realizar esse tipo de discussão, visto que ainda é considerado um tema polêmico, marcado por tabus, preconceitos e impedimentos, inclusive legais. Bernardi e Fazenda Junior (2018), compreendem que as ideias do Escola Sem Partido, projeto de Lei que tramitou na câmara (PL 867/2015), embora não aprovado, teve seu impacto direto na atuação do(a) professor(a). Percebe-se isso na resposta dada pelo professor, quando questionado sobre os impedimentos ou dificuldades para realizar essas discussões na escola. O professor afirmou que “talvez as pessoas começaram a criar receio, né? Receio de tocar nesse assunto, porque a gente não sabe qual vai ser a reação do aluno, como esse aluno vai repassar o que foi falado na sala de aula [...]” (Professor de Educação Física).

Sendo assim, percebe-se que são os documentos normativos educacionais que, primeiramente, devem ser repensados, a fim de que as escolas e os(as) professores(as) compreendam a urgência e tenham a liberdade para incluir, em suas ações, práticas pedagógicas de combate ao preconceito de gênero e sexual e assim sejam garantidos ambientes escolares acolhedores para todos os sujeitos que adentram esses espaços.

Essa reformulação torna-se necessária na medida em que, como evidenciado nessa pesquisa, ainda estão sendo reproduzidos discursos, ações e processos de exclusões,





influenciados por estereótipos que limitam ou inibem a participação de meninos e meninas em determinadas práticas corporais.

Uma discussão a partir do questionário com os(as) alunos(as)

Com a intenção de identificar as percepções e posições dos(as) estudantes quanto a situações que tensionam gênero e sexualidade no âmbito das práticas corporais, narramos quatro cenários e solicitamos que os sujeitos da pesquisa indicassem o grau de concordância com aquele caso apresentado, a partir do modelo da escala de *Likert*. No primeiro contexto narrado, colocamos em pauta a presença da mulher no futebol. Para isso, apresentamos a seguinte situação: "Em uma aula de Educação Física, Maria foi impedida pelos colegas de participar do futebol, pois, segundo eles, 'futebol é um esporte de meninos'."

Tabela 1 – Grau de concordância dos alunos com a primeira situação apresentada

Grau de Concordância	Meninos	Meninas	Porcentagem
Concordo muito com a atitude	0	0	-
Concordo com a atitude	2	2	13,3%
Estou em dúvida se concordo ou não	3	0	10%
Discordo da atitude	5	3	26,7%
Discordo muito da atitude	6	9	50%

Fonte: construção dos autores.

Constatou-se que 50% e 26,7% dos sujeitos da pesquisa afirmaram, respectivamente, "discordar muito" e "discordar" da situação apresentada. Em contrapartida, 13,3% dos participantes informaram que concordavam com a atitude dos colegas de Maria, enquanto 10% afirmaram estar em dúvida se concordavam ou não.

Considerando que grande parte dos sujeitos da presente pesquisa afirmaram não concordarem com o ato de impedir que meninas também pratiquem o futebol, percebe-se que, apesar de ainda existir preconceitos quanto à presença da mulher nesse cenário esportivo (Santos *et al.*, 2008; Nunes *et al.*, 2014; Oliveira, 2006), que pode ser evidenciado inclusive no número de participantes que admitiram ser a favor de tal exclusão, a prática desse esporte por mulheres está ganhando cada vez mais reconhecimento e visibilidade (Carvalho, 2023), o que pode explicar essa maior aceitação entre jovens da presença de mulheres/meninas nesse universo esportivo.





Nas próximas situações apresentadas, foi colocado no centro da discussão uma outra prática corporal que também é marcada por muitos estereótipos, a dança. Primeiro apresentamos um caso em que um menino, que atribuímos o nome fictício de “João”, foi chamado de “viadinho”, “mulherzinha” e foi ameaçado de agressão por seus colegas, por colocar a mão na cintura e rebolar durante uma aula de Educação Física. Para essa situação, realizamos os seguintes questionamentos: 1) O que você acha da atitude de João em se permitir comemorar daquela forma? 2) E em relação à atitude dos colegas de João em ameaçá-lo? 3) Diante dessa situação, o professor não esboçou nenhuma reação. O que você acha da atitude do professor em não intervir?

Tabela 2 – Grau de concordância dos alunos no que se refere aos movimentos realizados por João durante sua comemoração

Grau de Concordância	Meninos	Meninas	Porcentagem
Concordo muito com a atitude	3	2	16,7%
Concordo com a atitude	4	9	43,3%
Estou em dúvida se concordo ou não	4	1	16,7%
Discordo da atitude	3	2	16,7%
Discordo muito da atitude	2	0	6,7%

Fonte: construção dos autores.

Pode-se notar que 60% dos sujeitos que participaram da pesquisa diz ser a favor da liberdade de João em realizar aqueles movimentos. Quando comparamos as respostas dadas por meninos e meninas, percebe-se que existe uma maior aceitação entre as mulheres. Dos 16 meninos que participaram desse estudo, somente 7 (43,7%) deles declararam que João poderia comemorar daquela forma, o que demonstra uma maior divisão de opiniões entre esse grupo.

Tabela 3 – Grau de concordância dos alunos(as) quanto ao ato de violência direcionado a João

Grau de Concordância	Meninos	Meninas	Porcentagem
Concordo muito com a atitude	0	0	-
Concordo com a atitude	0	0	-
Estou em dúvida se concordo ou não	0	0	-
Discordo da atitude	8	5	43,3%
Discordo muito da atitude	8	9	56,7%

Fonte: construção dos autores.





Referente ao ato de violência sofrido por João, os alunos(as) demonstraram não concordar com a ação, ao assinalarem somente as opções que apresentavam a palavra “discordo” em sua configuração. Apesar de no questionamento anterior alguns estudantes terem respondido que João não deveria ter se expressado corporalmente daquela forma, quando questionados sobre a conduta agressiva de seus colegas, todos os participantes, unanimemente, admitiram ser contra.

Tabela 4 – Grau de concordância dos alunos(as) com a não intervenção do professor

Grau de Concordância	Meninos	Meninas	Porcentagem
Concordo muito com a atitude	1	0	3,3%
Concordo com a atitude	1	0	3,3%
Estou em dúvida se concordo ou não	0	0	-
Discordo da atitude	3	6	30%
Discordo muito da atitude	11	8	63,3%

Fonte: construção dos autores.

No que diz respeito à atitude do professor, grande parte dos alunos(as) afirmaram discordar (30%) e discordar muito (63,3%) da não intervenção pedagógica na ocorrência de situações parecidas com as que foi relatada. Somente 2 estudantes (meninos) apoiaram a omissão do professor de João. A partir desses dados é possível inferir que os alunos(as) têm interesse na mediação do professor de Educação Física, eles esperam que o adulto – o(a) professor(a) – faça alguma coisa.

A fim de verificar a percepção dos(as) estudantes sobre a participação de meninos na dança, descrevemos um episódio em que alguns alunos se recusaram em participar de uma aula de dança, argumentando que aquele tipo de atividade é só para “menininhas”. Diante do fato apresentado, realizamos dois questionamentos: 1) O que você acha da atitude desse grupo de alunos? 2) Você concorda com o pensamento/ação desses estudantes de que dançar é só para meninas?

Tabela 5 – Grau de concordância dos participantes com recusa dos alunos em não participarem da aula, com a justificativa de que a dança é para meninas

Grau de Concordância	Meninos	Meninas	Porcentagem
Concordo muito com a atitude	0	0	-
Concordo com a atitude	0	0	-
Estou em dúvida se concordo ou não	3	2	16,7%





Discordo da atitude	9	9	60%
Discordo muito da atitude	4	3	23,3%

Fonte: construção dos autores.

Observa-se que 85% dos participantes dizem discordar (60%) ou discordar muito (23,3%) da resistência manifestada por aquele coletivo de alunos para não participar da atividade proposta pelo professor. Nenhuma das respostas dadas pelos estudantes foram a favor da recusa, sendo que somente 16,7% dos estudantes afirmaram estar em dúvida se concordavam ou não.

Tabela 6 – Grau de Concordância dos sujeitos da pesquisa com a visão de que a dança é uma prática exclusivamente masculina

Grau de Concordância	Meninos	Meninas	Porcentagem
Concordo muito com a atitude	0	1	3,3%
Concordo com a atitude	2	0	6,7%
Estou em dúvida se concordo ou não	1	0	3,3%
Discordo da atitude	8	6	46,7%
Discordo muito da atitude	5	7	40%

Fonte: construção dos autores.

Percebe-se que, mais uma vez, os estudantes afirmaram não concordar com a visão de que dança é só para meninas/mulheres. Das respostas, um total de 86,7% eram contra essa assertiva, sendo que, desse número, 46,7% só discordavam e 40% discordavam muito do pensamento explanado na questão. Conclui-se, então, que esses sujeitos evidenciam uma perspectiva mais aberta e menos estereotipada sobre os conteúdos diversos da Educação Física e suas relações com o corpo, em específico no que se refere à dança.

Todavia, ainda é possível perceber uma resistência de alguns em se permitir movimentar livremente, já que os estudantes, principalmente os meninos, mostraram-se divididos quando questionados sobre a realização de movimentos mais delicados, como aqueles que envolvem a dança, quando executados pelo público masculino. Essa constatação é consentâneo com o estudo de Kleinubing, Saraiva e Francischi (2013), que identificaram que os estereótipos de gênero ainda limitam as formas de dançar de meninos e meninas, embora já seja possível perceber um movimento de despádrionização dos movimentos e maior motivação por parte dos meninos em participar de aulas que tenham como conteúdo a dança.





Na sequência, após a apresentação das situações/problemas, perguntamos aos sujeitos da pesquisa se, durante a sua trajetória escolar, eles(as) vivenciaram ou presenciaram algum episódio parecido com os fatos que foram narrados nas questões anteriores. Dos 30 estudantes que responderam ao questionário, 18 (7 meninas e 11 meninos) afirmaram que nunca testemunharam situações semelhantes às aquelas apresentadas. Referente às respostas positivas, as situações descritas pelos alunos(as) foram muito similares aos episódios retratados. Abaixo apresentamos algumas respostas, utilizando pseudônimos para nomeá-las:

Já falei para mim que futebol não é coisa para meninas, mas eu sempre acreditei no meu potencial e não fui por eles que gostam de criticar o futebol feminino (Maria).

Sim. Os meninos não gostam que meninas joguem o futebol. E também já presenciei um menino falando que o outro menino era viado porque estava dançando uma música da Anitta e rebolando. Acho que o professor não viu (Pedro).

Constatou-se que, assim como identificado nos estudos de Lima, Pessoa e Pereira (2022), ainda é possível observar as marcas dos estereótipos de gênero e sexualidade nas experiências escolares com as aulas do componente curricular Educação Física. Observa-se que dentro dessa discussão, o futebol aparece como o grande protagonista. Existe uma cultura da exclusão ou autoexclusão de meninas em relação ao futebol/futsal, seja mediante a recusa dos meninos em aceitarem que elas participem, da omissão ou desinteresse do(a) professor(a) em pensar estratégias para promover a inclusão delas, ou até mesmo por meio do desinteresse delas mesmas, por se sentirem incapazes e sem habilidade para tal prática (Schonardie *et al.*, 2023).

Um outro ponto que chamou atenção nas respostas é que a maioria dos estudantes indagaram que o professor não percebeu as ocorrências relatadas. O que parece predominar na Educação Física escolar é a omissão e passividade dos professores(as) no que diz respeito às situações de preconceito associados a questões de gênero e sexualidade (Nicolino; Paraiso, 2018; Garcia; Brito, 2018). Sendo assim, o que a literatura apresenta sobre essas discussões abre margem para a seguinte indagação: será que não viu mesmo ou faz de conta de não ter visto?

Entrando no debate sobre a realização de aulas mistas ou separadas por gênero, buscamos identificar como eram as aulas de Educação Física no contexto investigado e quais as percepções dos(as) estudantes sobre a separação ou não entre gêneros nas atividades





realizadas nesse componente curricular. Para isso, perguntamos aos estudantes como eram as aulas de Educação Física e apresentamos algumas alternativas de resposta.

Tabela 7 – Respostas dos estudantes no que se refere a como eram realizadas as aulas de Educação Física (mistas ou separadas? todos participam ou não?)

Alternativas	Meninos	Meninas	Porcentagem
Meninos e meninas participam da aula sempre juntos	5	0	16,7%
As aulas são separadas, ou seja, meninos e meninas não participam das aulas juntos	0	0	-
O professor sempre pede que todos participem juntos (meninos e meninas), mas nem todos participam	10	12	73,3%
O professor propõe que todos participem juntos da mesma atividade, mas eu não gosto que meninos e meninas participem juntos.	1	2	10%

Fonte: construção dos autores.

Nota-se que há um esforço de mediação do professor que atua com Educação Física para esse grupo de alunos(as) em específico, em trabalhar a questão de meninos/meninas juntos nas aulas, mas que os(as) jovens apresentam uma resistência em aceitar essa configuração. Após identificar como eram realizadas as aulas de Educação Física, buscou-se verificar a opinião dos sujeitos sobre determinado tipo de configuração (separadas ou mistas). Para isso, questionamo-los da seguinte forma: Você acha que meninos e meninas devem participar juntos das atividades realizadas nas aulas de Educação Física?

Dos 30 (trinta) sujeitos, somente 2 (dois) meninos (6,6%) afirmaram que as aulas de Educação Física não devem ser realizadas de forma conjunta, sendo que ambos não justificaram a resposta. Os outros 28 (vinte e oito) sujeitos (93,3%) informaram que as aulas de Educação Física devem ser realizadas sem separação de meninos e meninas. Percebe-se, então, que a maioria dos estudantes participantes aprovam esse formato de aulas mistas, apesar de admitirem que durante as práticas nem todos(as) aceitam integrar-se ao grupo. Destacam-se as seguintes respostas, identificadas com nomes fictícios:

Sim. Mas, às vezes, depende do tamanho do aluno. Se o menino for grande e forte eu tenho medo de levar bolada (Natália).





Sim. Por umas partes, as meninas devem sim jogar com os meninos, porque elas também são boas nos Esportes, mas por outro lado as meninas jogam muito grosseiras (Leonardo).

Nas respostas acima, percebe-se que a realização de aulas mistas requer uma atenção e cuidado por parte do(a) professor(a) de Educação Física, a fim de que sejam evitadas possíveis abordagens violentas ou grosseiras por parte de alguns. Além disso, a partir dos discursos desses sujeitos, é possível identificar uma visão de que meninos podem ser mais agressivos durante a realização das práticas corporais, o que gera um certo receio das meninas em participar junto com eles das atividades propostas durante as aulas de Educação Física. Essa constatação é corroborada pelo estudo de Oliveira, Schellin e Rigo (2011), em que foi verificado que um dos motivos para a pouca participação de meninas nas aulas de Educação Física está relacionado ao fato de que, durante a realização das atividades, os meninos as excluem, não passando a bola para elas ou não interagindo, ou as machucam, mesmo que sem intenção.

Quando a discussão refere-se à realização de aulas mistas, observa-se que as exclusões podem acontecer mesmo que o professor adote esse método de ensino. Saraiva (2005) afirma que, para a Educação Física se transformar em uma disciplina em que as diferenças de gênero não sejam fatores impeditivos para o acesso aos diferentes tipos de conhecimentos que essa disciplina pode oferecer, é necessário fazer muito mais do que juntar meninos e meninas em um mesmo espaço/tempo. É necessário pensar em aulas co-educativas, em que os meninos não tenham privilégios e as meninas também possam ocupar lugares de respeito e valorização, uma vez que "[...] o princípio de equidade de acesso não é suficiente para possibilitar IGUALDADE DE OPORTUNIDADE" (Botelho-Gomes, Silva e Queirós, 2000 *apud* Goellner, 2013, p. 39).

Em suma, a junção dos dados obtidos com o questionário demonstra que a grande maioria dos sujeitos, participantes da pesquisa, não concordam com alguns estereótipos presentes nas práticas corporais, o que evidencia movimentos interessantes sobre gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física. No entanto, ainda existe um "núcleo duro" de sujeitos (meninos, em grande parte) que reproduzem alguns discursos, fortalecendo pensamentos excludentes e generificados sobre corpo e movimento.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos achados da pesquisa, constata-se que, apesar de identificar que os jovens apresentam em seus discursos e posicionamentos uma visão mais aberta sobre corpo e movimento, ainda se observa a presença de ações e atitudes que indicam que os estereótipos de gênero e sexualidade ainda são reproduzidos e naturalizados no cotidiano das aulas de Educação Física.

No que diz respeito às observações que foram realizadas nas aulas de Educação Física, constatou-se a presença de discursos estereotipados de gênero e sexualidade, não só no que diz respeito ao contexto específico das práticas corporais e esportivas, mas também em diferentes espaços e situações que compõem aquele contexto escolar. Pode-se perceber isso a partir da utilização, por alguns estudantes, principalmente os meninos, do termo “viado”, não só para se referir aqueles estudantes que transgrediam as normativas de gênero masculinas, como também com um sentido pejorativo, de modo a colocar em questão a masculinidade dos meninos.

Além disso, a partir das observações, foi possível verificar, como já constatado em outros estudos, que é tão naturalizado algumas perspectivas estereotipadas de gênero em algumas práticas corporais e esportivas, que as meninas, sem hesitar, já se autoexcluem, ou seja, automaticamente, elas já se colocam em uma posição de incongruência com aquele contexto, sendo que o estímulo, ou melhor, a falta de estímulo do(a) professor(a) não provoca uma modificação nessa estrutura.

O aprofundamento metodológico em relação à especificidade dessa turma de alunos e alunas permite-nos inferir quanto ao olhar às mediações pedagógicas – e as responsabilidades pedagógicas – dos(as) professores(as) de Educação Física ao atuarem com crianças e jovens, mais especificamente quanto aos cuidados na abordagem sobre gênero e sexualidade envolvendo as práticas corporais.

Evidencia-se a necessidade do(a) professor(a) em tomar alguns cuidados, para que sejam evitadas abordagens violentas ou grosseiras por parte de alguns participantes da aula, além de pensar em diferentes estratégias para que todos tenham igualdade não só de acesso, mas também garanta que meninos e meninas tenham as mesmas oportunidades de movimento e de aprendizagem.

Em síntese, as constatações realizadas com o presente estudo são importantes e devem ser consideradas para caminharmos em direção a uma educação inclusiva, voltada para





o respeito à diversidade humana. A partir das evidências realizadas, percebe-se a necessidade de uma reformulação, não só da Educação Física, mas também do contexto escolar como um todo, das mediações (ou não mediações) quanto às questões de gênero e sexualidade, que não podem ser ignoradas, tampouco silenciadas dentro da escola. Além disso, embora seja possível identificar avanços no campo acadêmico da Educação Física, no que se refere à produção de conhecimento e estudos sobre a temática de gênero e sexualidade, nas práticas pedagógicas escolares da Educação Física na escola, ainda é possível perceber uma baixa legitimidade dessas discussões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Luiza Aguiar dos; GOELLNER, Silvana Vilodre. Esporte e transgeneridade: Corpos, gêneros e sexualidades plurais. In: DORNELLES, Priscila Gomes; WENETZ, Ileana; SCHWENGBER, Maria Simone Vione (Orgs.). **Educação física e sexualidade**: desafios educacionais. Ijuí, RS: Unijuí, 2017.

BERNARDI, Guilherme Bardemaker; FAZENDA JUNIOR, Carlos Alberto Perdomo. Crítica ao “Escola Sem Partido”: um olhar pela perspectiva crítico-superadora da educação física. **Movimento**, v. 24, n. 3, p. 1-12, 2018.

BRASIL. **Constituição Federativa da República do Brasil**, de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art206v>. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. **Lei Federal Nº. 8069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm#:~:text=Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Gerais-,Art.,pessoas%20dependentes%20de%20subst%C3%A2ncias%20entorpecentes.&text=Art.,-20>. Acesso em: 13 fev. 2024.

CARVALHO. Patrícia da Consolação Barros de. **Gênero e mídia**: como o futebol feminino se tornou um acontecimento noticiável. 2023. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, 2023.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2006.

FERREIRA, Mariane *et al.* Introdução e condução dos métodos mistos de pesquisa em educação física. **Pensar a prática**, v. 23, p. 1-20, 2020.

GARCIA, Rafael Marques; BRITO, Leandro Teofilo. Performatizações queer na educação física escolar. **Movimento**, v. 24, n. 4, p. 1321-1334, 2018.





GOELLNER, Silvana Vilodre. A contribuição dos estudos de gênero e feministas para o campo acadêmico-profissional da educação física. In: DORNELLES, Priscila Gomes; WENWITZ, Ileana; SCHWENGBER, Maria Simone Vione (Orgs.). **Educação física e gênero: desafios educacionais**. Ijuí, RS: Unijuí, 2013.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de formação RBCE**, v. 1, n. 2, p. 71-83, 2010.

KLEINUBING, Neusa Dendena; SARAIVA, Maria do Carmo; FRANCISCHI, Vanessa Gertrudes. A dança no ensino médio: reflexões sobre estereótipos de Gênero e movimento. **Revista de educação física**, v. 24, n. 1, p. 71-82, 2013.

LIMA, Eliaquim de Sousa; PESSOA, Kaline Lígia Estevam de carvalho; PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes. Dentro e fora da fronteira: corpos que subvertem a norma hegemônica de gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física. **Motrivivência**, v. 34, n. 65, p. 1-18, 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MARTINS, José Geovânio Buenos Aires *et al.* Sexualidades e *bullying* homofóbico na escola. **Intersaberes**, v. 14, n. 32, p. 445-472, 2019.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas**. São Paulo: Loyola, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social. teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

NICOLINO, Aline Silva; PARAÍSO, Marlucy Alves. Escolarização da sexualidade: o silêncio como prática pedagógica da educação física. **Movimento**, v. 24, n. 1, p. 93-106, 2018.

NUNES, Hudson Fabricius Peres *et al.* Educação física, futebol e gênero: uma proposta de ensino a partir das relações de poder. **Pensar a prática**, Goiânia, v. 17, n. 4, p. 1-15, 2014.

OLIVEIRA, Flávia Fernandes de; VOTRE, Sebastião Josué. *Bullying* nas aulas de educação física. **Movimento**, v. 12, n. 2, p. 173-197, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de Assis Furtado de; SCHELLIN, Fabiane de oliveira; RIGO, Luiz Carlos. Meninas na educação física: porque elas não jogam? **Educación física y deporte**, ano 16, n. 160, 2011.

OLIVEIRA, Rogério Cruz de. O futebol nas aulas de educação física: entre "dribles", preconceitos e desigualdades. **Motriz**, v. 12 n. 3, p. 301-306, 2006.





PERES, William Siqueira. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009.

PERUCCHI, Juliana; CORRÊA, Carla Gomes. Uma análise psicossocial de experiências de violência homofóbica vividas por jovens LGBT no período escolar. **Nova perspectiva sistêmica**, v. 22, n. 46, P. 81-99, 2013.

POLONI, Luiz Henrique; FURLAN, Cássia Cristina. Educação física escolar e as questões de gênero: a prática pedagógica em foco. **Motrivivência**, v. 34, n. 65, p. 1-22, 2022.

PRADO, Vagner Matias; RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Gêneros, sexualidades e educação física escolar: um início de conversa. **Motriz**, v. 16, n. 2, p. 402-413, 2010.

PRADO, Vagner Matias. Fica no gol para pegar as bolas: Educação Física escolar e o dispositivo da (homo)sexualidade. In: DORNELLES, Priscila Gomes; WENWTZ, Ileana; SCHWENGBER, Maria Simone Vione (Orgs.). **Educação física e gênero: desafios educacionais**. Ijuí, RS: Unijuí, 2013.

SANTOS, Dominique Stefany Gomes dos; SILVEIRA, Viviane Teixeira. Bullying homofóbico: à ótica das práticas pedagógicas na educação física escolar. **Cadernos de gênero e diversidade**, v. 7, n. 2, p. 6-25, 2021.

SANTOS, Heliany Pereira dos *et al.* As relações de gênero e o futebol nas aulas de educação física em Catalão-Go. **Poiésis pedagógica**, v. 6, n. 1, p. 51-72, 2008.

SARAIVA, Maria do Carmo. **Co-educação física e esportes: quando a diferença é mito**. 2. ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2005.

SCHONARDIE, Marina Gomes *et al.* "Não torço pra nenhum time, não sei as regras e se me convidam pra jogar eu não jogo": a relação das meninas menos habilidosas com o conteúdo futebol/futsal nas aulas de educação física. **Motrivivência**, v. 35, n. 66, p. 1-17, 2023.

SILVA, Elder Luan dos Santos. Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC. **Revista história, histórias**, v. 8 n. 16, p. 138-162, 2020.

TEIXEIRA, Fabiano Augusto. Educação física escolar: reflexões sobre as aulas de exclusão. **Motrivivência**, ano XXI, n. 32-33, p. 336-343, 2009.

WENETZ, Ileana; SCHWENGBER, Maria Simone Vione; DORNELLES, Priscila Gomes. Caminhos teóricos e políticos do trato com a sexualidade na educação física: uma análise Inicial das produções na área (2001-2015). In: DORNELLES, Priscila Gomes; WENETZ, Ileana; SCHWENGBER, Maria Simone Vione (Orgs.). **Educação física e sexualidade: desafios educacionais**. Ijuí, RS: Unijuí, 2017.

Dados do primeiro autor:

Email: cristiano_mezzaroba@yahoo.com.br





Endereço: Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Educação Física, Avenida Marechal Rondon, s/n - Jardim Rosa Elze, São Cristóvão, SE, CEP: 49100-000, Brasil.

Recebido em: 26/06/2024

Aprovado em: 29/07/2024

Como citar este artigo:

MEZZAROBA, Cristiano; SILVA, Beatriz Barreto e. Precisamos falar sobre gênero e sexualidade: um estudo de caso sobre o papel da educação física escolar nesse debate. **Corpoconsciência**, v. 28, e17939, p. 1-23, 2024.

